

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E INTERVENÇÃO CIDADÃ



Promocão:

animar

Parceria Territorial:



COOLABORATM
Consultoria e Intervenção Social

Cofinanciamento:



Organizações parceiras:



REDE PARA O
DECRESCIMENTO



ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO DO WEBINÁRIO

Lucília Salgado	3
-----------------------	---

II. REFLEXÕES E PROPOSTAS A INTEGRAR NO MANIFESTO 6

III. RESUMO DA SESSÃO

III.I INTRODUÇÃO AO TEMA

Joacine Katar Moreira	9
-----------------------------	---

José Carlos Mota	11
------------------------	----

III.II EXPERIÊNCIAS

FÓRUM DOS CIDADÃOS

Manuel Arriaga	18
----------------------	----

GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL

Andreia Galvão	21
----------------------	----

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Lina Cláudia Santos e Helena Reis	26
---	----

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA FERRARIA DE SÃO JOÃO

Ana Soeiro e Pedro Soeiro	29
---------------------------------	----

IV. SÍNTESES DOS GRUPOS DE TRABALHO

TERRITÓRIO	32
-------------------------	----

IGUALDADE	38
------------------------	----

ECOLOGIA	42
-----------------------	----

DEMOCRACIA	45
-------------------------	----

V. COMENTÁRIOS FINAIS

Lucília Salgado, APCEP - Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente	49
--	----

VI. ALGUMAS LIGAÇÕES SUGERIDAS POR PARTICIPANTES 53

I. ENQUADRAMENTO DO WEBINÁRIO



Lucília Salgado¹

Com formação de base em Economia, faz uma pós-graduação na Universidade de Genève (FPSE) em Educação de Adultos e Psicopedagogia da Língua Materna. Em 2004 completa o Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa em Ciências da Educação - *A inadequação da Educação aos Destinatários. Inclusão e Exclusão*

à Entrada na Escola Básica: Respostas Formais e Não Formais, a partir de um estudo longitudinal realizado no Concelho da Lousã (1993/2003).

Foi professora na Escola Superior da Educação de Coimbra entre 1989 e 2016, tendo sido Presidente do Conselho Pedagógico, Coordenadora da Licenciatura em Animação Socioeducativa, do Mestrado em Educação e Lazer, do Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local e da Pós-graduação em Bibliotecas e Animação da Leitura.

Coordenou o Projeto, financiado pela ANQ, CNO *Uma Oportunidade Dupla: da promoção da Literacia Familiar ao Sucesso Escolar das Crianças*. É sócia fundadora da Adiber, da Associação de Pais do 1º CEB da Lousã e da APCEP (Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente) sendo atualmente Presidente do seu Conselho Executivo.

Participou em várias Comissões com responsabilidade ministerial em domínios da Educação. Investiga e intervém privilegiadamente nas áreas de Educação em contextos de lazer, Animação Socioeducativa, Prevenção do Insucesso e da Iliteracia, Educação e Formação ao Longo da Vida e Desenvolvimento Local.

1) Texto escrito em colaboração com Alberto Melo, Presidente da Comissão Diretiva da APCEP - Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente.

O termo democracia, nascido em Atenas, tem vindo a evoluir, adaptando-se aos vários tipos de exercício do poder e às várias pessoas destinatárias. Não nos podemos esquecer que a democracia então instalada, se aplicava a uma minoria dos e das habitantes, pois excluía-se as pessoas estrangeiras, que não tinham fortuna pessoal, as mulheres e as pessoas escravas. Com o alargamento da estrutura política da cidade para a nação-estado e com a crescente complexidade das sociedades, a evolução-revolução foi sendo feita no sentido de uma democracia representativa, em que o “Povo”, considerado soberano e única fonte do poder legítimo, delega por períodos definidos o poder político em representantes que elege.

Insatisfeitos, colocamos a questão: Como tornar a cidadania num exercício ativo, visível e atuante? Que formas de democracia participativa, como instrumentos para, em simultâneo, reforçar e enformar a cidadania, enquanto se fortalece, afinal, a própria democracia representativa? De facto, as duas formas de democracia não são pólos antagónicos, pelo contrário.

Neste debate, já antigo e mais ou menos aceso, é comum referirem-se 4 grandes níveis de participação crescente dos cidadãos e cidadãs, a nível local:

- O nível da informação enquanto requisito fundamental da participação. Esta deriva do conhecimento (de qualidade) e da compreensão dos mecanismos e das opções do poder público.
- O nível da auscultação/consulta. O poder contacta os cidadãos e as cidadãs após ter já decidido/definido um dado projeto.
- O nível da concertação. Trata-se, em geral, da instrução de um processo, em participação alargada, e previamente à deliberação pelos poderes políticos. É, muitas vezes, uma forma de tomar decisões pelos diversos grupos, preterindo os interesses individuais em favor dos coletivos, da comunidade.
- Até ao nível da “Partilha de Poder” ou cogestão, em que há plena participação na tomada de decisão.

Na Declaração de Princípios da APCEP - Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente – refere-se que “papel importante caberá à Associação no fomento da formação cívica e do exercício da democracia, incitan-

do os cidadãos e as cidadãs à participação na vida pública, social, cultural e sindical, promovendo a sua preparação para uma correta utilização dos meios de comunicação social e pondo-os de sobreaviso relativamente a propagandas alienadoras e outras formas de manipulação da opinião pública.”

Como eixo principal do Manifesto da APCEP, centramos o conhecimento e a cultura como direções mestras dos projetos de intervenção. Referimos aqui a importância de desenvolvimento do conhecimento como forma de tomar decisões pessoais e comunitárias, de acordo com os seus critérios de razoabilidade. Esta posição percorre todos os grupos sociais com quem trabalhamos, a quem nos dirigimos, por que nos batemos. O conhecimento interessa às comunidades mais vulneráveis como vetor de cidadania e de resolução dos seus problemas. “Não lhe dê o peixe: ensina-o/a a pescar”.

O projeto “Literacia para a Cidadania”, que desenvolvemos em rede com Associações de Lisboa e Centro do país (Benedita e região de Coimbra), com Centros Qualifica, com instituições do Ensino Superior (ESEC) e Escolas do Ensino Básico, com instituições comunitárias do Concelho de Oeiras, com grupos étnicos diferenciados (incluindo comunidades guineenses e ciganas), procura formar pessoas nas comunidades para desenvolverem cidadania nos seus contextos, através de práticas de cidadania e de participação nas dinâmicas de políticas locais.



[Clique aqui](#)

para ouvir a intervenção de Lucília Salgado

II. REFLEXÕES E PROPOSTAS A INTEGRAR NO MANIFESTO

Estamos cada vez mais perante a emergência de novas formas de exercer a democracia, não se cingindo apenas através dos partidos políticos ou mesmo do exercício do direito ao voto, mas antes através da participação cidadã. Há uma democracia de intervenção múltipla que acontece muitas das vezes por meio de movimentos de cidadania que “sentem” – sentem uma injustiça, manifestam-se e exigem mudanças ao poder político – por exemplo, movimentos feministas, movimentos pela justiça climática, movimentos anti-racistas, etc. É nestes movimentos que mais jovens participam, juntando forças mobilizadoras, passando da inconformidade à ação.

São também movimentos que dão visibilidade à interdependência das questões-crise: ecológica, social, económica, de emprego, qualidade de vida, intra e entre países e regiões. E, nesse contexto, adotam uma abordagem integrada e multidimensional aprofundando as relações entre pobreza e desenvolvimento, direitos humanos e sustentabilidade, cuidado e justiça.

Neste ponto selecionámos as propostas que reuniram maior consenso para unir esforços das organizações da sociedade civil, no quadro da apresentação de propostas de política pública:

TERRITÓRIO

- Reforçar o **papel fundamental da escola** na sensibilização para a criação e valorização de hábitos de participação, intervenção cívica e ligação às questões concretas de cada território, nomeadamente através das assembleias de escola e da disciplina de cidadania;
- Reinventar os **mecanismos legais de participação cidadã**, em particular as consultas e audições públicas – nomeadamente sobre instrumentos territoriais como os Planos Diretores Municipais e planos de pormenor –, considerando uma melhor divulgação, tempos mais adequados e descodificação dos conteúdos para que deixem de ser apenas formalidades e passem a ser instrumentos de educação para a cidadania e de promoção do debate coletivo;

- Reconhecer e aprofundar o **papel do associativismo local** como espaço de democracia e mediação, e de ligação das autarquias às comunidades;
- Estudar **mecanismos de representação democrática** que contrariem a abstenção eleitoral, a redução do “peso político” dos territórios do interior e a sensação de abandono e de falta de representação.

IGUALDADE

“a igualdade entre as mulheres e os homens é a igualdade inédita e subversiva”

Criação de condições à participação, em particular de mulheres (medida de ação positiva):

- Criar uma cultura de participação cívica e política que tem de estar associada à lógica “os fins podem justificar os meios”. Isto passa pelo aumento do conhecimento, por garantir a representatividade dos vários grupos ou partes interessadas e por se ter poder, mesmo que simbólico, para exigir a transformação e a mudança que se quer;
- Capacitar as mulheres para a liderança;
- Dar formação em métodos deliberativos que incluam pensamento minoritário;
- Maior envolvimento das mulheres nas iniciativas e decisões locais – envolver auto-representantes é essencial – dar voz a quem conhece e vive as situações;
- Novas políticas para as famílias, para que todas e todos tenham os mesmos direitos e oportunidades. Promover condições para a conciliação entre trabalho e vida familiar e pessoal e ainda a participação cívica ou mesmo política. A partilha das responsabilidades em casa e do cuidado é essencial.

ECOLOGIA

- Dinamizar assembleias de cidadãos pelo território nacional, do litoral ao interior, do urbano ao rural: Assembleias de cidadãos e cidadãs, escolhidos por sorteio e devidamente remunerados, promoverão recomenda-

ções informadas pelo debate e pela reflexão em diferentes domínios associados à temática da Ecologia. Estas iniciativas serviriam, por um lado, para dar a conhecer temas prementes e, por outro lado, estimular o envolvimento e a participação da população e dos diversos agentes locais num debate construtivo de ideias e ações concretas;

- Tornar obrigatório que as propostas apresentadas pelos partidos políticos na Assembleia da República tenham em consideração as posições tomadas pela população nas audições públicas: garantindo que a opinião dos cidadãos e cidadãs seja valorizada e efetivada;
- Elaborar planos e projetos locais que contenham momentos participativos nas suas diferentes fases: promover, assim, o engajamento da comunidade local ao longo de todo o processo.

DEMOCRACIA

- Criar mecanismos de participação democrática que permitam a cada pessoa interagir no quadro da democracia, a partir do local onde vive, sem que essa participação deixe de se articular com níveis territoriais supralocais;
- Promoção da comunicação entre espaços territoriais distintos, entre níveis de poder e entre vozes diferentes (que correspondem também a grupos sociais e a interesses diversos), facilitando a tradução entre linguagens, sobretudo as mais tecnicistas, para fomentar a inclusão das pessoas que não dominam jargões específicos;
- Desenvolver processos de capacitação dos cidadãos e cidadãs assentes na partilha e sistematização de informação, como as propostas do Fórum dos Cidadãos, capazes de propiciar uma participação mais qualificada e decisões fundamentadas;
- Criar espaços de experimentação e de aprendizagem prática da cidadania nas escolas através de processos educativos que considerem a educação para a cidadania como parte do processo de aprendizagem cidadã e não como um mero conteúdo curricular.

III. RESUMO DA SESSÃO

III.I. INTRODUÇÃO AO TEMA

Joacine Katar Moreira

Joacine Katar Moreira é deputada portuguesa, feminista negra interseccional e ativista antirracista. É doutorada em Estudos Africanos, mestre em Estudos do Desenvolvimento e licenciada em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. As suas áreas de estudo e de intervenção são os Estudos do Desenvolvimento, Estudos de Género, violência, política e movimentos sociais. Possui vários artigos e obras publicadas, de que se destaca "Matchundandi: Género, Performance Violência Política na Guiné-Bissau" (Lisboa: Sistema Solar, 2020).



Mentora e fundadora do INMUNE - Instituto da Mulher Negra em Portugal, criado em 2018 para lutar contra a invisibilização e o silenciamento da mulher negra na sociedade portuguesa, tem participado ativamente no debate público sobre o Colonialismo e a Escravatura em Portugal.

Na Assembleia da República, enquanto Deputada não inscrita, integra a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.

Justiça climática é justiça social

Dizer que não há justiça ambiental sem justiça social não é mero *slogan*. Justiça climática é justiça social e este binómio implica o respeito pelo conjunto dos direitos humanos e sociais no âmbito da crise climática, através da qual se garante a participação e o respeito das mundivisões das populações mais diretamente afetadas na resposta à mesma, a definição do uso sustentável dos recursos naturais e dos bens comuns, o reconhecimento de responsabilidades históricas e uma resposta climática que vise uma sociedade mais igualitária e justa.

É sabido que a crise climática é produto da desigualdade estrutural e de um sistema económico obcecado pelo crescimento contínuo e por ideias de desenvolvimento e progresso que passaram também pelo consumo excessivo, aquisição e acumulação de “bens”. Este foi o modelo adotado para se medir o nível do, assim considerado, *desenvolvimento* das sociedades e hierarquizá-las. Já a sociedade mais moderna era aquela cujo nível de industrialização e tecnologia eram elevados e cuja população consumia bastante e sem problemas de abastecimento ou poder de compra.

A crise climática instala-se com a preponderância de uma visão extrativista que vem do Colonialismo e da sua cultura de saque e exploração contínua, sendo que é exatamente na época colonial onde a ótica extrativista se consolidou e se transformou numa ideologia. Esta visão extrativista viria a prolongar-se com a industrialização e o capitalismo selvagem. Por isso, o ponto de partida para combater a emergência climática em curso é também o reconhecimento de que o colonialismo e o sistema capitalista estão na base da prosperidade do Ocidente, moldando hoje a sua incapacidade de responder à crise climática.

Por exemplo, a ideia de que podemos simplesmente mudar de uma economia movida a combustíveis fósseis para outra movida a energias renováveis não é uma opção realista, porque o modelo extrativista é o mesmo.

É este modelo extrativista o grande responsável pela destruição do planeta, e sobretudo do Sul Global, que sofre os maiores impactes mesmo não sendo o principal responsável pela destruição do planeta. Efetivamente, quem dispõe de menores recursos económicos e sente os efeitos da desigualdade social na sua vida quotidiana é também quem é desproporcionalmente afetado/a pelos riscos ambientais.

Assim, um sistema social e igualitário torna-se imperativo para a eficácia das políticas ambientais apelando à interseccionalidade da luta e do combate às alterações climáticas.



[Clique aqui](#)

para ouvir a intervenção
de Joacine Katar Moreira



José Carlos Mota

José Carlos Mota é Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro e investigador do GOVCOPP - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas.

Foi o Diretor do Mestrado em Planeamento Urbano e Regional (2016-2020). Tem estado envolvido em vários projetos de investigação nacionais e internacionais sobre planeamento participativo de base territorial e coordenou, no âmbito do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas, os processos colaborativos desenvolvidos no âmbito dos Planos de Gestão das Paisagens Protegidas do Parque das Serras do Porto e do Sousa Superior, dos Planos Diretores Municipais da Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia e do Laboratório Cívico de Santiago. Está envolvido nos projetos europeus Biodivercities, promovido pelo *Joint Research Centre - European Commission*, e *SIKE - Social Innovation through Knowledge Exchange*. Paralelamente, participa em projetos de investigação no domínio da mobilidade em bicicleta, nomeadamente o *BOOST Starter Cycling Cities*, financiado pela

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e o UAUBIKE, apoiado pelo POSEUR. Tem vindo a dinamizar várias iniciativas cívicas em prol das cidades e da cidadania (“Vamos recuperar o património esquecido” (2020), “Futuros alternativos” (2020), “Vizinhos de Aveiro” (2020), “ABC Rua” (2019-2020)).

A reinvenção da democracia representativa a partir da escala local

1. A democracia em crise

A democracia, no mundo, está a viver tempos difíceis, fragilizada por casos que descredibilizam as instituições que a deviam defender, assolada por ameaças à sua débil natureza e pouco cuidada por quem a devia valorizar regularmente. Lamentavelmente, alguns oportunistas vislumbram as brechas no sistema para o destruir.

Contudo, convém lembrar que “a democracia não é um regime natural, mas artificial”, como escreveu Pacheco Pereira, num artigo recente no jornal *Público*, e, como refere, o *“natural era andarmos todos a comer-nos uns aos outros”*. Nesse sentido, um regime democrático devia ser aquele que, por opção de quem o representa, se devia afastar *“da barbárie através de um conjunto de procedimentos cujo objetivo [seria] dar poder a todas as pessoas, pela soberania do voto, e construir sociedades reguladas pela lei, em que não vale tudo”*.

Não tem sido isso que tem acontecido. Vivemos há mais de uma década numa “recessão democrática global”. De acordo com um estudo publicado pela Universidade de Cambridge, a proporção de indivíduos “insatisfeitos” com a democracia aumentou cerca de 10%, desde 1995, sendo atualmente de 57,5%. O ano de 2019 representa também o maior aumento já alguma vez registado. O fenómeno é particularmente acentuado nas democracias mais populosas do mundo – EUA, Brasil, Nigéria e México – mas, também, nas democracias desenvolvidas.

Os investigadores e investigadoras atribuem os níveis de insatisfação a várias razões: “falta de probidade nos cargos públicos, dificuldade de assegurar o estado de direito, incapacidade de resposta às preocupações dos cidadãos e cidadãs, frágil garantia de segurança económica e financeira e de melhoria dos padrões de vida para a grande maioria da sociedade”. Por contraste, por exemplo na Suíça, Dinamarca, Noruega, Holanda e Luxemburgo, a satisfação atingiu os maiores valores alguma vez registados. São democracias pequenas e de rendimentos médios elevados e são também aquelas onde há “um maior esforço de promoção da responsividade (resposta mais assertiva ao que os cidadãos e cidadãs esperam) e representatividade democrática”. Vale a pena sublinhar a importância da desigualdade de rendimentos como fator de reforço da confiança no regime democrático e também o esforço de envolvimento dos cidadãos e cidadãs para além dos atos eleitorais.

A República Portuguesa, no seu regime democrático, “vive talvez o momento mais difícil em 46 anos”, referiu, há uns meses, o Presidente da República no discurso das comemorações do 5 de outubro, longe ainda dos resultados preocupantes das recentes eleições presidenciais. Padece de uma doença que se vem agravando e corroendo o funcionamento dos organismos democráticos. Há órgãos que começam a dar sinais de falência no seu normal funcionamento, por incapacidade de escuta (dos apelos e críticas dos cidadãos e cidadãs), dificuldades de visão (dos conflitos de interesse e de justiça, sobretudo perante os mais poderosos), perdas de memória (de referências coletivas) e insuficiência motriz (para agir rapidamente sobre a redistribuição e as desigualdades).

Um dos sintomas da doença é o elevado valor da abstenção. Há várias razões que levam as pessoas a votar. Por direito e dever, por apoio a ideias expressas, mas também por protesto, o chamado cartão amarelo perante o estado das coisas. Há o risco de agravamento da intensidade do protesto, com o surgimento do cartão vermelho, o voto radicalizado, como se viu recentemente.

Contudo, esquecemos que, há muitos anos, mais de 50% dos portugueses e portuguesas não votam, seja por desencanto com o regime ou com as alternativas existentes, seja por desilusão face a escolhas feitas no passado, seja

ainda por revolta com o presente (as já referidas desigualdades, a injustiça, mas também a falta de oportunidades e perspectivas) e falta de crença no futuro. A persistência do valor de abstenção mostra que não tem sido eficaz o esforço para compreender a natureza do desencanto e para recuperar os cidadãos para o exercício da democracia.

Infelizmente, não há soluções mágicas para responder ao delicado momento que a democracia está a viver e, provavelmente, muitos dos que se têm absterido de votar dificilmente o voltarão a fazer. Nesse sentido, talvez seja importante olhar para os milhares de novas pessoas votantes (mais de 54.000 neste último ato eleitoral) e cuidar do seu envolvimento na coisa coletiva. Mostrar que a participação na democracia não se esgota no voto, que a política importa, pois é o espaço nuclear de discussão dos valores e causas com que se identificam, para melhorar e transformar o país, que se devem inscrever nos partidos para os mudar, se necessário, que há mecanismos de democracia deliberativa que podem ser mais experimentados (dos referendos às assembleias de cidadãos e cidadãs), e que, à escala local, do município ou do bairro, existem formas participativas importantes na definição do futuro dos lugares onde residem (processos participativos dos planos territoriais aos laboratórios cívicos). No fundo, alertar que a democracia não se esgota na participação eleitoral, de quatro em quatros anos, e que pode ser uma atividade regular e quotidiana.

2. Democracia “bottom-linked”

A emergência de novas formas de participação democrática de base local (*bottom-up*), entendida como alternativa à representativa de organização hierárquica, a partir de cima e centrada na lógica de Governo (*top-down*), contém alguns riscos e, alguns estudos, apontam para a necessidade de os equilibrar e balançar. Levantam-se, também, críticas face à natureza verdadeiramente democrática e plural de muitos exercícios de participação que não são mais que formas de legitimação política das agendas mediáticas (Miessen, 2011), meios de forçar o consenso para esconder lutas de poder político (Flyvbjerg, 1998) ou mecanismos subliminares de assegurar o controlo dos processos de decisão pelos atores poderosos.

Moulaert (2019) fala do conceito *“bottom-linked governance”*, um compromisso entre os modelos de governação *top-down* e *bottom-up*. Este termo refere-se a uma nova forma de parceria de proximidade, envolvendo diferentes atores, aplicada numa determinada unidade territorial (cidade ou parte de cidade) e dimensão temporal, com diferentes objetos e níveis de influência. Considera o autor que esta nova forma de governo urbano contém o potencial de transformar as relações sociais e as práticas políticas a diferentes escalas, do bairro à cidade. Para que este modelo *“bottom-linked”* possa ser colocado em prática, o investigador chama a atenção para a necessidade de mudar o estilo da liderança política local:

- a) ser mais inclusiva na auscultação de vozes minoritárias;
- b) possuir um elevado nível de empatia, sabendo juntar instituições locais e movimentos sociais na construção de coligações de interesses;
- c) conter um nova racionalidade para além do mercado, resgatando uma forma de racionalidade do comum;
- d) ter capacidade de gerir os diferentes valores (culturais e sociais) em presença no processo de decisão;
- e) substituir a *accountability* por uma forma de justificação dialógica, gerando um processo permanente de aprendizagem coletiva;
- f) ser uma liderança partilhada, mobilizando os recursos e competências das diferentes comunidades.

No contexto em que vivemos, de crise da democracia representativa, esta discussão sobre uma nova relação entre dinâmicas cidadãs e formas de governo é da maior utilidade. Fazê-lo a partir da escala local, da cidade ou do bairro, num certo regresso às formas primitivas de democracia, centrada na dialética na esfera pública, pode permitir criar diálogos e descobrir novos consensos e compromissos. E, provavelmente, o espaço mais imediato dessa esfera pública para o cidadão e a cidadã, no seu quotidiano, é o espaço público, diretamente apelativo às suas sensações de pertença, de expectativa e satisfação e à oportunidade de opinar, mas também de deliberar e de sonhar com os outros.

3. Experimentar a democracia em contexto de pandemia

Vivemos um momento desafiante para o futuro das nossas cidades e da democracia. A uma crise sanitária que nos afasta e assusta, soma-se uma crise democrática que nos divide. O argumento que apresentarei defende que a cidade, os bairros e o espaço público, deveriam ser o lugar da experimentação de novas formas de sociabilidade, de cocriação de micro soluções para os problemas do quotidiano e de construção de compromissos, em síntese, o exercício de experimentação democrática.

Na verdade, esta experiência tem vindo a decorrer há alguns anos. Ilustrarei alguns dos resultados desenvolvidos em projetos colaborativos realizados em Portugal, como o “Vivobairro”, o “Laboratório Cívico de Santiago” e os processos participativos dos Planos Diretores da Maia, Valongo e Gaia. Como principais conclusões, refiro que aquelas experiências permitiram fornecer informação útil ao processo de planeamento; fazer pedagogia sobre a construção do sentido coletivo e a correta transformação do território; reconhecer e valorizar recursos invisíveis da comunidade e transformá-los em ações para o benefício da sociedade; coresponsabilizar os cidadãos e cidadãs pelas opções e mobilizá-los para a ação coletiva.

Em conclusão, refiro que o futuro da democracia em Portugal vai depender da forma como agirmos coletivamente em defesa dos seus valores e práticas. Estudando e investigando as dinâmicas de participação eleitoral, inovando nos processos participativos, experimentando e estimulando novas abordagens de proximidade e mobilizando a sociedade para formas mais empáticas de envolvimento. Desde logo, existe um campo de experimentação-ação, que temos procurado explorar e enriquecer, que precisa de ser discutido, mais bem enquadrado pelos desenhos e vontades institucionais e pela *praxis* profissional, e mais amplamente reconhecido pelos cidadãos e cidadãs como um espaço onde este é acolhido e ouvido, de forma inclusiva e consequente.



[Clique aqui](#)

para ouvir a intervenção
de José Carlos Mota



[Clique aqui para visualizar o Power Point](#)

III.II. APRENDER A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS

FÓRUM DOS CIDADÃOS



Manuel Arriaga

Manuel Arriaga é um dos fundadores do Fórum dos Cidadãos e autor de "Reinventar a Democracia: 5 Ideias para um Futuro Diferente". É também professor na Universidade de Nova Iorque.

Esteve entre os membros fundadores da rede Democracy R&D, é membro do conselho de diretores do *Policy Jury Group* (EUA) e do *Europe's People's Forum* (UE) bem como do conselho consultivo da recém-lançada *Federation for Innovation in Democracy Europe* (UE).

A experiência do Fórum dos Cidadãos

O Fórum dos Cidadãos é um projeto que tem como objetivo disseminar uma prática de Assembleias de Cidadãos, uma deliberação cívica que, ao longo de 4 anos, em parceria com diferentes instituições, temos vindo a conseguir implementar com uma periodicidade quase anual. Quando se fala em assembleias de cidadãos e cidadãs é comum o termo já ter sido ouvido, mas ainda existe uma noção vaga sobre o que envolve.

As assembleias de cidadãos e cidadãs são uma forma diferente de fazer políticas públicas sobre um determinado tema e, ao contrário dos mecanismos tradicionais que colocam no poder por delegação do voto, as assembleias colocam um painel de cidadãos e cidadãs comuns no papel de elaborar essas mesmas políticas públicas. É um mecanismo transversal, tanto pode ser organizado a nível nacional como local, num bairro, numa cidade, região ou num país. Uma assembleia de cidadãos e cidadãs consiste em reunir uma ou duas centenas de pessoas, a quem é atribuída uma missão que consiste em formu-

lar políticas públicas sobre um tema político complexo e desafiante. Temos o exemplo de França, onde o tema da assembleia de cidadãos e cidadãs era a emergência climática.

Uma vez reunida esta assembleia, os e as participantes passam por um processo de várias fases, devidamente estruturadas:

- Primeiramente, informam-se sobre o tema, escutando especialistas com diferentes perspectivas sobre o assunto, escutando representantes dos partidos políticos, da sociedade civil, associações, sindicatos, outros grupos de interesse. Com base nesta auscultação de especialistas, *stakeholders* de diferentes naturezas, os e as participantes aprendem sobre o tema e assim se conclui a primeira fase.
- Em seguida, há a fase de consulta pública que tanto pode ser realizada *online* como *offline*, onde participantes se dedicam a auscultar o grande público para obter as suas perspectivas sobre o tema em debate. Este é um elo importante para inserir o exercício participativo na comunidade mais alargada.
- Por último, os e as participantes reúnem-se para, com base na informação recolhida, definirem um conjunto de propostas sobre o tema político a debater. Por fim, essas propostas são apresentadas às instituições políticas, aos média e ao público em geral.

Uma das questões mais frequentes quando falamos sobre este mecanismo é como é que estes cidadãos e cidadãs são selecionados e selecionadas. Em círculos do associativismo e do ativismo estamos habituados à participação cívica ser uma escolha voluntária, de acordo com os interesses de cada um e de cada uma. Nas assembleias de cidadãos e cidadãs, as pessoas que participam são escolhidas por sorteio e, se o processo for bem feito, as pessoas integrantes são bem distintas das vozes que se fazem ouvir em processos de consulta pública. Os processos de amostragem por sorteio da população geral vão buscar mais de metade da população que nem sequer vota. Este mecanismo de sorteio, usando como base de dados, por exemplo, os cadernos eleitorais, consegue criar um microcosmo da sociedade como um todo e a amostra vai espelhar a diversidade da população. São estas pessoas que, ao

longo de meses e várias sessões, vão trabalhar em fins de semana alternados para se informar sobre o tema a debate, auscultar o público e, por fim, deliberar e elaborar um conjunto de recomendações que serão posteriormente apresentadas. Isto é no seu âmago o mecanismo das assembleias de cidadãos e cidadãs. Importa lembrar que outra prática deste mecanismo é a dos e das participantes serem compensados/as pelo seu tempo e remunerados/as, tal como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos quando alguém que serve num júri de tribunal ser compensado por um dia de trabalho cívico. Esta ideia de remunerar tem um efeito muito importante, que é nivelar em termos socioeconómicos a capacidade de participar. De outra forma, só aqueles que têm capacidade económica para dispor do seu tempo livre se poderiam fazer ouvir.

No caso concreto de Portugal, ao longo destes quatro anos, conseguimos realizar assembleias de cidadãos e cidadãs em parceria com o então vice presidente da Assembleia da República, Jorge Lacão, ao abrigo de uma iniciativa que se chamou "Como fazer-nos Ouvir", em que um pequeno painel de cidadãos e cidadãs, muito inferior àquele que descrevi, e também num processo que durou muito menos tempo, deliberaram em como poderíamos melhorar a comunicação entre cidadãos e cidadãs e seus representantes eleitos na Assembleia da República. Posteriormente, tivemos oportunidade de realizar, em parceria com a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, um processo deliberativo sobre a resposta portuguesa à crise dos refugiados na Europa. Também já tivemos uma iniciativa com a Câmara Municipal de Oeiras, focada mais ao nível autárquico e envolvendo a política de Ciência Cidadã.

É um trabalho em curso, procuramos ativamente mais oportunidades de colaborar com instituições neste mesmo sentido. Existe uma onda internacional muito forte neste sentido e ao longo de dois/três anos tem havido um acelerar de experiências que temos vindo a explorar, desde a assembleia de cidadão/cidadã da Irlanda, que teve na origem no referendo que, posteriormente, levou à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, bem como a Convenção Cidadã para o Clima em França. Mais recentemente, uma Convenção Cidadã na Alemanha sobre o papel da Alemanha no mundo.



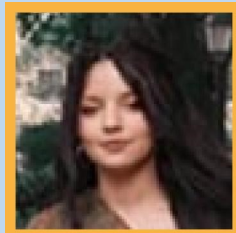
[Clique aqui](#)

para ouvir a intervenção
de Manuel Arriaga



GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL

Andreia Galvão



Andreia Galvão, 20 anos. Filha de pais emigrantes cabo-verdianos, cresceu entre Cabo Verde, Lisboa e Caldas da Rainha. Começou o seu ativismo político no secundário, tendo sido a Greve Climática o primeiro grande movimento em que se envolveu. Tem vindo a aprofundar o seu conhecimento na causa.

Atualmente estuda Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em Lisboa.

A experiência da Greve Climática Estudantil

Encontramo-nos hoje aqui, juntos e juntas, para debater nada mais nada menos do que o maior problema que civilizacionalmente nos propusemos a enfrentar, tendo motivado e mobilizado milhares de jovens por todo o mundo a organizarem-se para disputar o *status quo*, revoltando-se perante o discurso de inevitabilidade que tem dominado o panorama público.

Mas, começemos pelo princípio.

Fridays for Future. Começado pela adolescente Greta Thunberg, que começou por ir todas as sextas-feiras ao parlamento da Suécia responsabilizando as pessoas ao nível político pelo desrespeito latente pelo seu futuro ao manter tamanha inação climática. A causa foi juntando cada vez mais pessoas até que chegámos a 15 de março de 2019, data da primeira mobilização da Greve Climática Estudantil, que juntou 15 mil jovens em Lisboa e 1.2 milhões a nível internacional.

Também foi esta a minha primeira mobilização climática. Havia no ar uma certa aura de invencibilidade quando percebemos que conseguíamos mobilizar tantas pessoas, que nunca tinham pensado que a política devia ser feita para elas e que tinham algo a dizer, que tinham a responsabilidade de o fazer.

Nesse mesmo ano, em setembro, juntaram-se 6 milhões de jovens no mundo todo.

Em retrospectiva, não me apercebia da relevância do tema que tínhamos em mãos. Falávamos sobre o nosso futuro, sobre justiça climática, mas ainda havia um elevado grau de abstração em tudo o que dizíamos. Sabíamos o que a ciência nos proclamava: que tínhamos dez anos para cortar em, pelo menos, 50% as emissões carbónicas a nível global. Sabíamos que ninguém estava a fazer o suficiente, que este sistema socioeconómico não conseguia colocar as nossas vidas acima da vontade lucrativa. Sabíamos que os factos eram bastante consensuais na comunidade científica, que estávamos à beira do colapso civilizacional, mas que continuávamos o *business as usual*, que essa informação não alterava fundamentalmente a nossa forma de interagir na sociedade. Sabíamos que o sistema nos responsabilizava, a cada um e cada uma de nós, individualmente, pela catástrofe, pelo sufoco plastificado nos nossos oceanos, pela Natureza que se vira contra nós, o rugido da besta que achávamos que podíamos picar indefinidamente.

Sabíamos que a luta climática era muito anterior a qualquer movimento europeu, do legado indígena que correlacionava diretamente a luta contra a exploração das terras com a luta pelo direito a existir, pela multiculturalidade e preservação de outras formas de interagir com os recursos à nossa volta.

Olhávamos para várias lutas locais que ocorriam no território nacional, por exemplo, contra as dragagens no Sado ou a luta pela preservação do rio Tejo. A Greve Climática Estudantil continuou a crescer. A pandemia, esta distopia que se impôs sobre todos/as nós, também impactou drasticamente a forma como olhava para a causa climática, para o que era preciso fazer e o que era preciso que nós fossemos. Relembro-me claramente da conversa com um ativista do *Ja!* Justiça ambiental de Moçambique, em que ele delineou claramente a relação entre a luta que faziam, explicitando que a luta contra as alterações climáticas não é a uma luta pelo amanhã. É uma luta pelo presente, pela vida, pelas pessoas que vivem catástrofes climáticas drásticas a acentuar os seus problemas. Países assolados pelo neocolonialismo económico, pela deslocalização de empresas poluentes para o continente africano. Pais e mães que têm de trabalhar cada vez mais longe das suas casas numa precariedade cada vez mais latente.

A luta contra as alterações climáticas não é uma luta meramente pela redução de emissões carbónicas, é uma luta por justiça social. Nesta crise, como em qualquer crise, não podemos permitir que sejam os mesmos de sempre a pagar: os trabalhadores e trabalhadoras, as minorias étnico-raciais, as mulheres ou qualquer outro grupo já desfavorecido pela formatação do nosso sistema.

Quem paga a fatura da crise climática?

Se olharmos para a dicotomia entre Norte e Sul Global torna-se evidente o modo como a atual crise climática contribui para acentuar esse fosso. Os países que produziram mais emissões carbónicas, historicamente, são os mesmos que conseguiram deslocalizar as suas indústrias para o Sul Global, alterando o foco de emissões. São os países já anteriormente explorados pela expansão imperialista e colonialista que veem as suas taxas de carbono mais elevadas, zonas atrativas pela ausência ou fraca presença de políticas climáticas e pela desregulação no que toca às leis laborais. São também estes países os que mais sofrem com as alterações climáticas no presente.

É por isto que importa responsabilidade histórica. Porque é preciso ter uma visão global sobre esta crise. Entender que quem mais produziu ao longo dos

tempos é quem deve ter maior responsabilidade e maior iniciativa nestas reduções. Temos de ser mais exigentes connosco próprias/os.

Mas outros antagonismos sociais são também cada vez mais exponenciados. Este ano vimos uma explosão do movimento antirracista por todo o mundo, um arrebatamento social contra a brutalidade policial e as desigualdades raciais inerentes às nossas estruturas. A questão racial e a questão climática andam, evidentemente, de mãos dadas. Basta olharmos para os Estados Unidos, por exemplo, para o caso da água em Flint, uma comunidade que viu as suas fontes de água completamente contaminadas pela indústria automóvel, provocando inúmeras mortes e danos irreversíveis numa comunidade predominantemente afro-americana. Tal como não temos todas o mesmo direito a estar seguras nas nossas cidades, não temos também o mesmo direito a ar ou água limpa. A expressão *"I can't breathe"* é sobre clima também.

Urge a urgência. É preciso dizê-lo a quantidade de vezes que forem necessárias: urge a urgência. Com os reajustes no relatório do IPCC - *Intergovernmental Panel on Climate Change* – sabemos que temos apenas sete anos para fazer esta alteração sistémica, se mantivermos a atual taxa de emissões. O sexto relatório sairá brevemente e, certamente, não trará notícias mais animadoras.

Perante cenários como estes, a luta é a única força que temos. É preciso criar novas formas de estar em sociedade, saber responder aos problemas do passado com ideias do futuro. Por exemplo, no que toca à mobilidade: sabemos que temos de tornar a ferrovia no transporte de eleição. Os *lobbies* financeiros têm contribuído para o desinvestimento crónico no que toca à ferrovia em Portugal. Olhamos, nomeadamente, para a linha do Oeste, para uma viagem que demora três horas entre as Caldas da Rainha e Meleças, Sintra, sem condições de atratividade. Ou para a linha do Algarve, que espera há décadas o devido investimento. Estes pontos têm representado focos de resistência populacional local, ferramentas para a coesão nacional e um espaço para a ciência do futuro.

É preciso denunciar a falta de investimento neste campo. Um dos temas de foco da União Europeia este ano é a ferrovia, mas o investimento é insuficiente e tem vistas curtas.

Mas é preciso mais. É preciso saber quem defendemos.

Relembramos, por exemplo, o caso do encerramento das centrais de Sines e do Pego, que o nosso governo antecipou, querendo demonstrar a sua capacidade de resposta à crise climática. Deixando, no entanto, cerca de duas centenas de trabalhadores e trabalhadoras subcontratados/as sem qualquer tipo de respostas laborais. O Ministro do Ambiente e Ação Climática, Matos Fernandes, disse inclusive, em conversa com o *Público*, que o "desemprego não podia manchar a boa decisão de encerramento da central".

A luta por justiça climática deve ser a lente, permitindo-nos integrá-la nas respostas para o País, central para o progresso e para a reestruturação política que ansiamos.

Mas para onde vamos?

No meio de tanta informação sobre a iminência do colapso, sobre a seriedade do que enfrentamos, é fácil sentir desalento. A nossa breve vida tem sido uma sucessão de crises: a económica, a social, a pandémica e a climática. E que tempos conturbados têm sido estes!...

Mas o que está aqui em causa são as nossas vidas. Não podemos aceitar nada menos do que o necessário.

É altura de, apesar das restrições e normas de segurança, pensarmos em novas formas de nos juntarmos, de nos organizarmos. É preciso enfrentar os ecocídios e acabar com os contratos de exploração de lítio, feitos contra a população local. É preciso criar um plano nacional florestal e agrícola fundamentado na agroecologia, reflorestando os nossos territórios com espécies autóctones. É crucial criar um setor público que lidere o processo de produção de energia renovável, apostando na energia solar e eólica. Também é preciso consciencializar, tornando o estudo de alterações climáticas e ecologia parte do currículo de escolas, bem como reduzir o consumo de carne nos estabelecimentos de educação. Precisamos de mais transportes sustentáveis, como a ferrovia, contribuindo para a coesão do território com mobilidade grátis e sustentável para todas as pessoas.

Temos 10 anos para mudar a forma como comemos, transportamos e produzimos. Temos demasiado pouco tempo para mudar tudo. Não há planeta B.



[Clique aqui](#)

para ouvir a intervenção
de Andreia Galvão



FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Lina Cláudia Santos e Helena Reis



Lina Cláudia Santos, natural de Coimbra, mãe aprendente (desde o início da gestação), mestre em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC). Licenciada em Animação Socioeducativa (opção vocacional em Educação de Adultos) pela ESEC. Coordenadora local do Projeto *Letras Prá Vida* (da ESEC) em Condeixa e Almalaguês, ação que exerço com o coração. Desempenho funções no Município de Condeixa-a-Nova, como Técnica Superior.



Helena Maria Pereira Simões dos Reis, natural de Coimbra, mãe e professora de vocação. É licenciada em Língua e Literaturas Modernas pela Universidade de Coimbra. Possui uma Pós-Graduação em Gestão de Bibliotecas pelo ISLA de Leiria e várias formações no âmbito da Pedagogia e de outros ramos do conhecimento, tais como a Medicina Tradicional Chinesa.

A experiência do Projeto “OUVIR O PRESENTE, CUIDAR O FUTURO: HOMENAGEAR MARIA DE LOURDES PINTASILGO”. AUDIÇÕES PÚBLICAS – O Caso de CONDEIXA

A Fundação Cuidar o Futuro (FCF), que tem como missão divulgar e atualizar o legado de Maria de Lourdes Pintasilgo (MLP), nomeadamente a sua visão filosófica inspiradora da “Cultura e Ética do Cuidado” e a sua proposta de intervenção política, implementou entre os anos de 2018 e 2020 Audições Públicas (AP), em Condeixa, em Lisboa (Ajuda) e na Lousã. Estas atividades foram concretizadas no quadro do projeto “Ouvir o Presente, Cuidar o Futuro: Homenagear Maria de Lourdes Pintasilgo”, desenvolvido em parceria com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), com o apoio da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade de Género e se concretiza através de uma parceria com o Graal.

O principal objetivo de uma Audição Pública (AP) é revitalizar a consciência cívica, social e política em torno de um tema agregador. Foram utilizadas pela primeira vez no âmbito das Nações Unidas quando MLP presidiu à Comissão Independente para a População e Qualidade de Vida, que teve como missão criar uma nova visão das questões da população que pudesse inspirar políticas. A FCF recuperou a metodologia adotada na recolha de informação para o “Relatório Cuidar o Futuro - um programa radical para viver melhor”, aplicou-a em iniciativas-piloto e sistematizou o modelo numa publicação de acesso livre a partir do site da Fundação: Caderno temático 8 – O método das Audições Públicas e a formação do Querer Comum. A publicação teve a Coordenação Editorial do Professor Hermano Carmo.

As AP são um ato público convocado por uma entidade idónea com o objetivo principal de OUVIR as pessoas nas suas diferentes pertenças, a quem é dada a oportunidade de se exprimir apresentando testemunhos representativos, contando experiências, contribuindo para a identificação e análise de problemas e obstáculos experimentados no quotidiano, apontando medidas sobre um tema de importância coletiva e que permitam identificar estratégias. A mobilização e sensibilização que culmina na Audição Pública deverá levar a que se encontrem novas formas de desenvolver a consciência adquiri-

da e partilhada, retendo as alternativas que nela se esboçam e extraíndo recomendações a fazer chegar a quem tiver poder, energia e vontade de as concretizar. As AP são, assim, um exercício inequívoco de democracia.

As AP permitiriam sair da fronteira da mentalidade especializada, permitindo uma abordagem integrada e multidimensional aprofundando a convicção da ligação entre Pobreza e Desenvolvimento; Direitos Humanos e Sustentabilidade; Cuidado e Justiça.

Em Condeixa, as AP foram desenvolvidas com o apoio da Câmara Municipal de Condeixa e da Associação Sempre a Aprender.

Foram apresentados 13 Testemunhos envolvendo 5 aldeias, 2 associações locais, 1 Grupo de Escuteiros e a Biblioteca Municipal para além de Testemunhos de 5 pessoas.

Estiveram presentes na Audição cerca de 50 pessoas, das quais 35 mulheres e 15 homens.



[Clique aqui](#)

para ouvir a intervenção
da Fundação Cuidar o Futuro

[Clique aqui para visualizar o Power Point](#)

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA FERRARIA DE SÃO JOÃO



Ana Soeiro

Natural de Almada, onde nasceu em 1977. Com origens beirãs, vivenciou as festas em família entre Viseu e Coimbra. Veio residir para Penela, distrito de Coimbra, em 2012.

Licenciada em Agro-Indústrias, pelo Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. Passou pela Escola Superior Agrária de Coimbra, no mestrado de Agricultura Biológica. Cedo percebeu que não era a indústria que a cativava. Descobriu nas práticas mais sustentáveis e em consonância com os processos ancestrais, o retirar valor à natureza e aos seus recursos, aliados a práticas modernas de base científica. Eterna aprendiz de novas ferramentas nas agriculturas sustentáveis e no saber fazer, recuperado e revitalizado dos valores tradicionais comunitários.

Desde muito nova, é apaixonada por atividades ao ar livre. Considera-se uma cidadã do mundo tendo, por consequência, uma bagagem de viagens e de conhecimentos de outras vivências assim adquiridos.



Pedro Soeiro

Nasceu em Lisboa em 1979. Em 2004 licenciou-se em Arquitetura e em 2008 em Cinema (realização e montagem) pela Escola Superior de Teatro e Cinema. Viveu em Almada grande parte da sua vida e em 2009 decide reprogramar a sua vida e estabelecer-se em Penela.

Sem qualquer tipo de ligação à terra que o acolhe, encontra na Ferraria de São João um importante apoio da comunidade, na criação de importantes laços de socialização. Instala-se no centro da vila de Penela e cria a sua própria empresa, centrada na criação de vídeos. Paralelamente, mantém a sua atividade de arquitetura, como atividade independente.

Em 2018 é convidado a colaborar com a Associação de Moradores da Ferraria de São João (AMFSJ) e a dinamizar os vários projetos que a entidade tinha

em mãos: “Aldeias do Xisto.com”, 2018, com o apoio das Aldeias do Xisto; “Ferraria, Aldeia Viva”, 2020/21, com o apoio do município de Penela; “Valorização e Regeneração do Património Natural da Ferraria de São João”, promovido pela AMFSJ; “Abrigo Comunitário” promovido pelo mecenas Jorge Mendes.

Um das principais funções na execução destes projetos é estabelecer a ponte entre as iniciativas da Associação e a comunidade da Ferraria de São João.

A experiência da Associação de Moradores da Ferraria de São João

A Associação de Moradores da Ferraria de São João (AMFSJ) é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 2008, por um conjunto de membros que, dado o seu perfil e espírito pró-ativo, se juntaram para dinamizar a aldeia através da valorização dos seus recursos endógenos: as pessoas (saber-fazer), o património natural e edificado, as práticas culturais. Promovendo iniciativas de cariz ambiental e social, a Associação pretende desenvolver a economia local, tornando a aldeia mais atrativa para os seus e suas habitantes e para quem a visita.

Na sequência dos nefastos incêndios de junho de 2017, a AMFSJ viu-se envolvida na criação e gestão da Zona de Proteção da Aldeia (ZPA), trabalho inovador e de características únicas a nível nacional, na limpeza, reabilitação e manutenção dos terrenos na periferia da aldeia, com a participação ativa dos moradores e moradoras. O resultado é um processo onde todos vão contribuir em tarefas específicas, nas suas áreas de atividade, através de serviços prestados. Esta ação conjunta com os moradores e moradoras pretende evitar que cenários semelhantes ao de 2017 se repitam no futuro. Estabelece e intervenciona um perímetro de segurança de 100 metros em redor do aglomerado urbano, tendo reunido vários voluntários e voluntárias que se disponibilizaram para “fazer acontecer”.

Sendo um trabalho que não se esgota numa única ação, a AMFSJ continua a promover atividades de sensibilização/educação ambiental/cidadania e criou vários programas de apadrinhamento e adoção de árvores, com o intuito de preservar o sobreiral centenário, que salvou a aldeia do incêndio e sustentar a expansão desta área pela periferia da aldeia.

Hoje, estamos perante um projeto "Ferraria, Aldeia Viva" que é um processo agregador e de cocriação, em inovação social, que trabalha no sentido de identificar metas/objetivos de desenvolvimento sustentável da aldeia da Ferraria de São João. O projeto inclui aspetos que resultam das várias ideias e contributos recebidos, destacando-se o sentido de identidade e de comunidade inerentes ao seu conceito.

O trabalho em coletivo tem procurado a valorização ambiental da aldeia, o alargar da área geográfica da ZPA a áreas comuns como a Ribeira, a reativação de atividades tradicionais de agro-silvo-pastorícia que levam à valorização de produtos locais e à oferta de novos serviços e eventos, resumindo, a uma maior retenção de valor económico para a comunidade.



[Clique aqui](#)

para ouvir a intervenção

da Associação de Moradores da Ferraria de São João

IV. SÍNTESES DOS GRUPOS DE TRABALHO: TERRITÓRIO, IGUALDADE, ECOLOGIA E DEMOCRACIA

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E INTERVENÇÃO CIDADÃ

Grupo de trabalho: **TERRITÓRIO**

Moderação: Ana Soeiro e Pedro Soeiro (Associação de Moradores da Ferraria de São João)

Relator: Luís Chaves (Federação Minha Terra)

Questões propostas para debate:

- Que políticas públicas podem facilitar a abrangência da democracia no território onde vivemos/trabalhamos?
- “Tudo tem dono, mas está tudo ao abandono” - Quais os limites da intervenção privada respeitando o bem comum?
- Que políticas públicas poderão ser transferidas do poder central para o poder local, adaptadas à realidade da região?

Resumo das intervenções:

Os aprofundamentos da participação e intervenção cívica podem recorrer a diversas ferramentas que já existem, ainda que algumas tenham de ser reinventadas e outras melhor aproveitadas. Para além do papel da escola, nomeadamente das aulas de educação para a cidadania, destacam-se mais duas: as audições públicas, por exemplo sobre os Planos Diretores Municipais (PDM) e os Planos de Pormenor, e os orçamentos participativos.

Esta participação deverá estender-se não apenas a políticas locais, mas também a outras que têm impacto nos territórios e que requerem uma fase prévia de descodificação da informação, usando os canais e momentos adequados, o que nem sempre acontece. Poderá ser relevante o recurso ao associativismo como ferramenta de mediação e de animação para a participação.

Uma outra ferramenta é o orçamento participativo, ainda que as diversas abordagens não sejam isentas de críticas e se reconheça a necessidade de processos de mediação e animação, assim como de apresentação de resultados, para a credibilização destes processos.

Um outro aspeto que marcou a reflexão do grupo foi a particularidade da participação nos territórios do “interior”, marcados por uma sensação de abandono físico, por exemplo da propriedade (como foi apresentado no caso da Ferraria de São João), mas também da sensação de abandono das pessoas que estão nestes territórios, em parte porque o processo de democracia representativa, nomeadamente a eleição de representantes está apenas dependente do número de eleitores, o que conduz a que uma grande parte do território seja representada por muito poucas pessoas.

Foi também referido o potencial do intermunicipalismo como um espaço de uma nova partilha e de uma nova participação, mas que não está a dar respostas, pois o processo de criação das comunidades intermunicipais foi *top-down* e não está a promover sentimentos de pertença e a fomentar a participação.

Ideias fortes “selecionadas”

- **Escola/educação:** papel fundamental da escola na sensibilização para a criação e valorização de hábitos de participação e intervenção cívica desde cedo; relevância das assembleias de escola e da disciplina de cidadania (que é desaproveitada), dando protagonismo às crianças;
- **Audições públicas** (nomeadamente sobre instrumentos territoriais como PDM e planos de pormenor...): reinvenção dos mecanismos (melhor divulgação, tempos adequados, descodificação dos conteúdos...) para que deixem de ser apenas formalidades, por vezes enviesados pelo poder público... e passem a ser instrumentos de educação para a cidadania e de promoção do debate coletivo;
- **Associativismo:** reconhecer e aprofundar o papel do associativismo local como espaço de democracia e mediação, e de ligação das autarquias às comunidades... “chegar aos que não são só os do costume”;
- **Interior:** necessidade de ultrapassar a sensação de abandono e de falta de representação dos territórios do interior e de refletir sobre como ultrapassar a abstenção crescente (nas eleições) que é um problema, assim como equacionar mecanismos de representação (deputados) que não se limitem ao número de eleitores; políticas públicas que contribuam para a fixação de

peças (repovoamento), rompendo com ciclos de despovoamento, abandono, redução do “peso político” destes territórios, etc.

Propostas de políticas públicas a trabalhar:

Questões de partida e contributos apresentados (transcrição na íntegra)

1. Que políticas públicas podem facilitar a abrangência da democracia no território onde vivemos/trabalhamos?

- Permitir que as pessoas promotoras de petições possam estar no parlamento no dia em que são debatidas e votadas;
- Apostar efetivamente na educação, em todos os níveis educativos, estimulando a participação e o debate de ideias;
- OP [orçamentos participativos] que possam privilegiar o processo em vez do resultado – estender os momentos de debate coletivo, educação para a participação, estratégias de proximidade...;
- Política de combate à abstenção pela metodologia da Fundação Cuidar o Futuro ou outra;
- Criar instrumentos que nos permitam aferir, sobretudo a nível local, se, de facto, os poderes instalados são efetivamente democráticos ou não e se se regem por regras e princípios democráticos;
- Obrigatoriedade da concretização de fóruns temáticos. O poder político deverá respeitar as decisões locais viabilizando a concretização de projetos locais;
- Fazer debates, com pessoas jovens em bares e de uma conversa informal ao som da música, para jovens dos 18 para cima (focando dos jovens dos 18 aos 30);
- Os critérios de eleição de representantes têm de ter em conta não só o número de eleitores, mas também a área de território abrangida;
- Criar espaços de planeamento estratégico participado acerca de questões essenciais dos territórios;
- Dar mais importância à disciplina da cidadania nas escolas;
- Estimular que a participação nas assembleias de freguesia seja efetiva e natural. Não existe conforto, nem estímulo para que esta participação aconteça;

- Criar nos municípios departamentos dedicados aos projetos que fomentam a participação cidadã;
- Dar uma importância efetiva às audições públicas como os PDM;
- Levantamento de necessidades. Estabelecimento de parcerias entre escolas, junta de freguesia, câmara, associações e instituições de apoio e dinâmicas sociais, desportivas, artísticas e culturais; ... Projetos transversais diluindo "disciplinas";
- A participação dos jovens é importante e por isso podíamos chegar mais perto das escolas/alunos. Existem os projetos de cidadania, mas têm pouca visibilidade;
- Acredito que qualquer política de participação deve começar na escola, na formação cidadã e no diálogo sujeito-mundo... assim poderemos contribuir para uma sociedade politicamente composta;
- A população deveria ser auscultada para ser tomada de decisão;
- Facilitar momentos de partilha e educação para a democracia participativa com equipas com técnica municipais;
- Criação de grupos específicos multidisciplinares com áreas dos saberes específicos que fizessem os levantamentos locais e fossem ao encontro das necessidades locais e o desenvolvimento sustentável!;
- Revisão do PDM e dos planos de pormenor local;
- Revisão de programas e metodologias de ensino, dando maior espaço para participação das crianças;
- Realização de assembleias de escolas – ouvir as crianças/jovens;
- Sensibilizar e promover o diálogo e impacto negativo da corrupção na sociedade de forma transversal para as gerações atual e futura;
- Políticas das autarquias para apoiar a animação das associações (animadores socioculturais?) e promover a democracia associativa;
- As escolas têm um papel ativo no âmbito da formação para a cidadania com os alunos, destacado as questões para a questão territorial;
- Criar condições (facilitadoras) da participação das pessoas nas reuniões da câmara, freguesias e assembleias municipais.

2. *“Tudo tem dono, mas tudo está ao abandono” Quais os limites da intervenção privada respeitando o bem comum?*

- Políticas de repovoamento;
- Apoiar financeiramente os proprietários, acompanhada de uma devida fiscalização para que os terrenos sejam limpos e tratados e apostar num ordenamento adequado do território;
- Dar oportunidade aos jovens que estão a estudar nas escolas ou universidades o direito de trabalho temporariamente no campo, ajudando pessoas de terceira idade. E dar-lhes algum dinheiro. Para ajudar a autonomia dos jovens;
- Em termos turísticos, foi descurada a preocupação com a relação que o turismo tem de ter para com a comunidade onde se insere.... Provavelmente precisamos de fiscalização!;
- Mudar a abordagem de nós e eles para pensarmos de forma conjunta em benefício comum parece ser um bom princípio;
- Divulgar as práticas positivas de intervenção local é uma boa chamada à participação;
- Dar aos jovens o direito a trabalhar em campos de pessoas de terceira idade e ajudar e reduzir a solidão. Os jovens podem receber um valor monetário para a sua autonomia financeira;
- Políticas que “obriguem” à disponibilização do bem não utilizado para ser utilizado por outras pessoas, individuais ou coletivas, mediante a compensação;
- Os limites da intervenção privada são combatidos pelo associativismo (como no exemplo apresentado);
- Não deve haver limite à atividade privada, mas a mesma deverá ser sensibilizada e a regulamentação existente ser efetivamente fiscalizada.

3. *Que políticas públicas poderão ser transferidas do poder central para o poder local, adaptadas à realidade da região?*

- O cidadão sujeito de sua história precisa estar mobilizado para ocupar o seu lugar de fala e escuta. Do local para o global tudo está sistemicamente ligado;

- Serviços de cooperação entre autarquias – políticas públicas supramunicipais;
- Antes de haver uma transferência de poder deveria haver uma limitação ao poder local. O clientelismo é cada vez maior e a subserviência mais acentuada;
- Ouvir para incluir e agregar valor por quem vive e sente a realidade dos locais, que é também uma forma de se ser mais efetivo e eficiente;
- Políticas de gestão local adaptadas à realidade de cada território – ex. limpeza florestal;
- Divulgar as práticas positivas de intervenção local é um bom chamado à participação;
- Apoio à criação de serviços intermunicipais, por exemplo: gestão florestal, animação sociocultural e educativa, educação, emprego, etc.;
- Rever limites administrativos/ organização comum à mesma região geográfica no âmbito dos serviços;
- Garantir o espaço de escuta nas rodas de conversa com mediadores locais, uma metodologia que foi muito proveitosa nas audições públicas ... onde o povo foi o seu próprio representante nas questões mais urgentes, sem intermediários, garantindo assim o seu lugar de fala e escuta;
- As freguesias deveriam ser dotadas de mais competências e de orçamento. Elas são o Estado mais próximo dos cidadãos e cidadãs. Não têm meios físicos e humanos que lhes permitam dar resposta ao que se lhes pede;
- O presidencialismo é cada vez mais o modelo que ganha força. Está a perder-se o colegial e o modelo de participação.... Assume-se que o outro (neste caso, o/a Presidente) é que sabe. A centralização do poder é algo que cada vez mais se acentua;
- A política pública deve ser ajustada ao poder local, às necessidades do local. Será que o poder local é ou não auscultado? A Autarquia será que tem ferramentas válidas, creíveis?

Grupo de trabalho: **IGUALDADE**

Moderação: Paula Barros (Fundação Cuidar o Futuro)

Relatora: Alexandra Silva (PpDM)

Questões propostas para o debate:

- Ausência da participação pelo voto – democracia paritária – subida de partidos anti-feministas e impacto para a aplicação de artigos da própria Constituição (em particular, o 109º)
- Queremos mais mulheres na política, mas queremos, necessariamente, mais políticas para as mulheres?

O nível de abstenção em eleições em Portugal tem vindo a registar um aumento significativo. Ouve-se dizer que as pessoas se sentem cada vez mais afastadas das decisões políticas, não se sentindo representadas, mas pouco fazem para se aproximar dessa tomada de decisão, por exemplo através da participação cidadã direta ou da avaliação e exigência de prestação de contas por parte dos partidos, governo e instituições. Este afastamento tem levado ao surgimento de movimentos e partidos políticos extremistas, com discursos fáceis e odiosos, que por meio da ausência da participação política de cidadãos e cidadãs (mesmo que apenas através do voto), acabam por ser eleitos e tomar parte na tomada de decisão política – com um número de votos percentualmente pouco significativo acabam por influenciar as políticas e, nesse sentido, as vidas de todas as pessoas que vivem em Portugal. Estes são movimentos e partidos que se pautam por discursos sexistas e misóginos e, até, por não cumprirem com a Lei da paridade (que impõe o limiar de 40% para o sexo sub-representado – as mulheres – nas listas candidatas a todas as eleições bem como a organização das listas 2+1), e, nesse sentido, irem contra o postulado no Artigo 109º da Constituição da República Portuguesa:

"A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos."

Com este panorama de fundo,

- Como – com que reformas, meios e em que momentos/circunstâncias – podemos aumentar a consciência das e dos eleitores para o direito e o dever de exercer a democracia através do voto, e em particular como podemos promover uma maior participação das mulheres (52% da população em Portugal) na vida política?
- A fim de garantir essa maior participação na vida política, e tendo em consideração a Lei da paridade, o que devem os movimentos e os partidos políticos fazer a fim de aumentar a participação das mulheres nos mesmos – mais e mais conscientes das questões da igualdade entre mulheres e homens, - mais mulheres na política? E como devem esses movimentos e partidos incluir nos seus programas as necessidades, os interesses e competências das mulheres – mais políticas para as mulheres?

Resumo das intervenções:

Quem nasce em democracia, dá pouca importância à própria democracia: há alguma ausência de consciência de que o voto – a participação através do voto – tem um poder imenso e que, nesse sentido, nós, cidadãos e cidadãs, devemos dar-lhe a devida importância.

Nós temos uma responsabilidade histórica sobre a própria democracia – as mulheres votam em Portugal desde o 25 de abril, todas as mulheres.

Há igualmente a necessidade de recriar a democracia: se não nos sentimos parte da democracia, então temos de a recriar. E neste recriar foi chamada a atenção para o que muitos dos movimentos que agora surgem são movimentos que sentem – sentem alguma questão em específico (por exemplo, a ausência de uma justiça climática) e, nesse sentido, lutam por alterar a situação. Não obstante, há que ter presente que os movimentos extremistas violentos são uma reação a progressos que se verificam em diferentes áreas.

Os movimentos sociais fazem-se com base no aprofundar o conhecimento. Podem ser grandes movimentos de protesto – como o do clima – mas como é que depois se fazem propostas que sejam substantivas? É preciso fazer o salto do movimento do protesto para a política – aumentar o conhecimento

que faz com que se aumente o nosso poder, perceber como se pode intervir e perceber mesmo o que se quer fazer diferente.

Há um grupo que está a trabalhar no sentido de implementar assembleias cidadãos no Porto e colocam-se questões como a formação e a aleatoriedade da escolha que se tornam complexas. Há que garantir incentivos para envolver partes da população que não se envolveriam de outra forma, como o cuidado a pessoas em situação de dependência. Este tipo de assembleias só podem ter vantagem quando vinculadas a autarquias, e depende do acordo que venha a ser feito, para que possam implementar as decisões que venham a ser tomadas nas assembleias.

Perceber a relação entre o tempo tomado e a potencialidade da decisão pode ser importante para envolver as mulheres bem como todas as pessoas de diferentes faixas que, por várias razões nomeadamente sociais e económicas, geralmente não participam. A disponibilidade para a participação tem de ser garantida.

Para tal, o próprio processo tem de ter em conta como criar condições para as mulheres se poderem envolver. Isto porque as raparigas e as mulheres acabam por estar mais próximas das causas e, nesse sentido, mais próximas de movimentos ou dos associativismos pragmáticos, mais voltados para o fazer acontecer, mais orientados para o cuidar para o bem comum e esse cuidar do bem comum é completamente necessário nesta nossa democracia. Serem as próprias mulheres a veicularem as suas questões é importante. Recorrendo às audições públicas, de facto a maioria de quem apresentava os seus testemunhos foram mulheres. Igualmente importante foi a oportunidade que lhes é dada na lógica do próprio processo – é parte do processo. É dar voz mas é também elas próprias quererem ter a voz – isto é um processo que tem de ser conduzido de forma séria.

O facto de o cuidado ser muito feminizado, nota-se nestes processos – sente-se que as mulheres têm vontade de ter voz e sabem bem o que dizem. É importante participar com objetivo. Por exemplo, no contexto de negociações de paz, sabe-se que a valorização do olhar das mulheres e da ação é o que fará as sociedades evoluírem nestes contextos, deixou-se de falar apenas das armas para se falar do acesso à saúde, à escola, à alimentação, etc.

A Universidade Pé Descalços, da Índia, aposta na formação das mulheres pois sabe-se que investir nas mulheres é investir em toda a aldeia – as mulheres aproveitam o conhecimento e colocam-no à disposição de toda a aldeia.

Já Maria de Lourdes Pintasilgo dizia que são precisas mulheres na política, mas não para fazer o mesmo que os homens. Agora, na pandemia, os países liderados por mulheres reagiram melhor porque perceberam o primado do CUIDAR. Para Maria de Lourdes Pintasilgo, “a igualdade entre as mulheres e os homens é a igualdade inédita e subversiva”.

Quotidianos de proximidade fomentam os valores comunitários e de pertença, pelo que o exercício cívico e político contínuo e integrado nas nossas vidas e não somente no uso do voto. A evolução das sociedades passa por ter as mulheres na resolução dos problemas por questões de partilha e de consciência sobre o bem comum.

Propostas de políticas públicas a trabalhar:

- Tornar a política mais atrativa em geral. Fazer um outro tipo de democracia que não seja baseada na competição, mas antes na cooperação;
- Criar uma cultura de participação cívica e política que tem de estar associada à lógica “os fins podem justificar os meios”. Isto passa pelo aumento do conhecimento, por garantir a representatividade dos vários grupos ou partes interessadas e por se ter poder, mesmo que simbólico, para exigir a transformação e a mudança que se quer;
- Capacitar as mulheres para a liderança;
- Valorização do papel das mulheres em cargos de direção e em cargos públicos;
- Dar formação em métodos deliberativos que incluam pensamento minoritário;
- Maior envolvimento das mulheres nas iniciativas e decisões locais – envolver auto-representantes é essencial – dar voz a quem conhece e vive as situações;
- As questões da igualdade têm de ser vinculadas ao “poder” da escola na formação de crianças e jovens;

- Ir ao encontro das mulheres na comunidade e envolvê-las nas atividades de cariz democrático;
- Implementar assembleias cidadãs nas autarquias;
- Promover literacia política desde a infância. Fomentar a democracia de base nas escolas e nas comunidades – cidadania ativa e participativa;
- Passar-se para uma política de resultados e saber comunicar esses resultados;
- Educação para a igualdade que deve começar no pré-escolar;
- Novas políticas para as famílias, para que todas e todos tenham os mesmos direitos e oportunidades. Promover condições para a conciliação entre trabalho e vida familiar e pessoal e ainda a participação cívica ou mesmo política. A partilha das responsabilidades em casa e do cuidado é essencial;
- Maior participação das mulheres na definição das políticas públicas que lhes dizem respeito, em todas as áreas. Têm de ser agentes das suas próprias vidas, testemunhando, participando, decidindo!

Grupo de trabalho: **ECOLOGIA**

Moderação: Hans Eickhoff (Rede para o Decrescimento)

Relatora: Carla Graça (Associação Zero)

Questões propostas para o debate:

- O que significam democracia participativa e intervenção cidadã no contexto do eixo da Ecologia?
- Que propostas políticas concretas podem conciliar a transformação ecológica e a intervenção cidadã?

Resumo das intervenções:

Associar os termos Ecologia e Democracia implica que as pessoas tomem consciência (o primeiro passo para a ação) do que se está a falar. Na realidade, há pouca consciência do que isso significa e do alcance que pode ter para as nossas vidas. Um processo de participação que leve a reflexão aos territó-

rios portugueses, incluindo aqueles de baixa densidade, com o objetivo de se trabalhar uma estratégia que contenha propostas de política que possam ser dadas a conhecer ao poder local, é cada vez mais urgente. Esta tomada de consciência é estimulada através de informação e de educação para a sustentabilidade ambiental (da comunidade e também dos/as decisores/as políticos/as) que, por sua vez, conduz à participação. Receber informação e ter direito de partilhar e apresentar opiniões sobre as questões ambientais significa democracia participativa e intervenção cidadã.

Neste sentido, as associações da sociedade civil podem assumir um papel muito relevante de aproximação às comunidades no que diz respeito a este tema, uma vez que o poder político não está a conseguir ter essa capacidade. Existem instrumentos criados para estimular a participação da população, como o orçamento participativo e as consultas públicas, todavia há a sensação que se pode fazer mais e melhor, pois acabam por não se traduzir naquilo que se pretende e que lhes está subjacente, permanecendo a sensação que a população continua a não ser ouvida.

Para além da importância da consciencialização, é fundamental ter em consideração que é difícil falar de questões ambientais e de justiça ambiental a grupos de pessoas que têm uma diversidade de problemas sociais que estão na base da pirâmide de necessidades. Estas pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade socioeconómica, preocupam-se em resolver e em encontrar soluções que respondam às suas necessidades imediatas, do dia-a-dia, não refletindo, nem dando prioridade a qualquer outro tema.

Para que a ecologia seja valorizada e interiorizada, as questões sociais e ambientais deverão andar a par, não sendo dissociadas umas das outras. Se o sistema democrático não incluir as minorias, ou seja, não atender às necessidades de todos e todas, e não só de uma suposta maioria, não está a cumprir com o contrato que subscrevemos, e falha. E para que isto não aconteça, é necessário encontrar ferramentas que permitam que essa participação seja generalizada e efetuada das mais diversas formas, já que participação e democracia são redundantes, apesar de parecer que existe um enviesamento quando se fala nestes dois conceitos. Estamos a falar de uma só coisa com várias facetas: os políticos somos nós, somos nós que fazemos a política.

A participação e intervenção dos cidadãos e cidadãs nos seus territórios, a nível micro, pode fazer a diferença. É crucial que a ecologia seja encarada por todos e todas como um assunto sério e as organizações da sociedade civil podem e devem assumir um papel de dinamização junto de pequenos grupos para que a consciência ecológica e ambiental seja construída e possa acontecer transformação local.

Por exemplo, no que diz respeito a comunidades pequenas e envelhecidas, a participação estimulada por organizações externas, libertas de qualquer associação partidária, poderá ser fundamental para dar voz à população que habitualmente não participa por descreditar no “sistema”.

Outro aspeto que falha na democracia, é a transparência e a responsabilização, sendo cada vez mais significativo criar canais de informação fidedignos, ultrapassando, assim, a propagação de notícias falsas, e partilhar esses canais com a população em geral, que é quem operacionaliza as políticas e as medidas. Sair das elites e chegar a todos e todas é fundamental.

A democracia depende da participação cidadã. Esta participação existirá se as políticas públicas as promoverem, fomentando medidas de informação clara e acessível, valorizando o conhecimento local dos territórios e agindo com equidade.

Propostas de políticas públicas a trabalhar:

- Maior responsabilidade para as organizações e seus representantes pelas ações que tomam, mas também em colaborarem efetivamente para uma maior participação dos cidadãos e cidadãs. Isto requer mudança sistémica, uma mudança de paradigma de como as instituições lidam com os cidadãos e as cidadãs;
- Dinamizar assembleias de cidadãos e cidadãs pelo território nacional, do litoral ao interior, do urbano ao rural;
- Criação de mecanismos que promovam a existência de uma ligação mais efetiva do poder institucional com os cidadãos e cidadãs;
- Tornar obrigatório que as propostas apresentadas pelos partidos políticos na Assembleia da República tenham em consideração as posições tomadas pela população nas audições públicas;

- Existir um mecanismo micro local, ao nível das juntas de freguesia, que conduza a que as propostas da população assumam uma preponderância que atualmente não têm: apresentação de propostas, discussão e votação das mesmas, podendo potenciar alguma mudança, do nível mais micro para o nível mais macro;
- Realização de processos participativos faseados na elaboração dos planos e projetos locais, que efetivamente englobem e promovam o engajamento da comunidade local ao longo de todo o processo e com respostas efetivas;
- Passar a gestão efetiva e completa de cada micro-território para a esfera local, através da migração para uma organização do território por bio-regiões, abandonando a lógica administrativa na divisão do território;
- Criação/Recuperação da figura do Provedor do Ambiente nos diversos níveis da Administração Pública;
- Haver formas de garantir que propostas de nível de freguesia em termos ambientais tenham de ser discutidas e votadas ao nível municipal;
- Dar oportunidade para que as pessoas possam atuar junto dos processos decisórios sobre o território.

Grupo de trabalho: **DEMOCRACIA**

Moderação: Manuel Arriaga (Fórum dos Cidadãos)

Relatora: Graça Rojão (COOLABORA)

Questões propostas para debate:

- Como articular democracia direta, democracia representativa e processos de deliberação cívica nas organizações, nas redes e nos territórios onde intervimos?
- Podemos promover processos participados em grupos de grande dimensão?
- Que papel poderão ter as lideranças nos processos de decisão política participados?

Resumo das intervenções:

A problemática da articulação entre democracia representativa e democracia participativa e ainda de ambas com os processos de deliberação cívica foram o mote para o início da reflexão do grupo de trabalho.

Foi reconhecido que esta é uma questão complexa e que implica a articulação entre diferentes dimensões, nomeadamente entre escalas locais e globais, entre diferentes poderes instituídos e também entre saberes e linguagens que importa colocar em diálogo para que possa existir comunicação. Considerou-se ser muito relevante a convocação de vozes diferentes e a criação de um espaço de tradução entre estas, nomeadamente tornando acessível a linguagem mais técnica, que frequentemente se acantona no seu hermetismo e torna os processos de participação mais difíceis.

O território foi considerado pelos e pelas participantes o espaço privilegiado para o exercício da democracia e para o enraizamento de uma vivência marcada pela participação na vida coletiva. Foi destacada a importância de cada pessoa poder interagir no quadro da democracia, a partir do local onde vive, mas sem que essa participação deixe de se articular com outros níveis supra-locais.

Entendeu-se que é fundamental implementar mecanismos de participação democrática que promovam a criação de vasos comunicantes entre espaços territoriais distintos, entre níveis de poder e entre vozes diferentes que correspondem também a grupos sociais e a interesses diversos.

A implementação de processos de democracia participativa em grupos de grande dimensão constituiu o segundo tema em debate. Considerou-se ser necessário qualificar a própria democracia de forma transversal, partindo das famílias, das organizações e das escolas, reconhecendo-a como uma dimensão integrante da vida coletiva.

Assinalou-se que é necessário democratizar também o modelo de funcionamento dos partidos e que a participação é fundamental para a sociedade, porque decisões partilhadas são decisões melhores. É ainda importante desenvolver processos de capacitação e de informação dos cidadãos e das cidadãs para uma participação qualificada, isto é, para que quando participam, os processos de decisão sejam fundamentados. Para isso será necessário que

exista partilha e sistematização de informação, como propõe o Fórum dos Cidadãos. Foi também sublinhada a necessidade de empoderamento da sociedade civil.

A terceira questão em debate foi relativa ao papel das lideranças em processos de decisão participados. Destacou-se que é necessário dessacralizar o poder e instituir modelos de lideranças democráticos, alicerçadas na escuta ativa e na moderação. Para isso será fundamental criar contextos de escuta, onde as pessoas se sintam seguras, que possam ampliar a capacidade de se ouvirem. Foi ainda sublinhada a relevância de uma co-responsabilização coletiva pela via da participação, enquanto condição fundamental para a experimentação social, para que os riscos sejam partilhados e não constituam um fator de bloqueio.

Por fim, foi ainda debatida a educação para a cidadania em contexto escolar e o fosso existente entre aprendizagem curricular e aprendizagem cidadã, para o qual muito contribuiu o facto de a cidadania na escola ser frequentemente entendida como um conteúdo desligado da prática. Concluiu-se que é fundamental que as escolas sejam espaços de experimentação e de aprendizagem prática da cidadania.

Propostas de políticas públicas a trabalhar

- Criar mecanismos de participação democrática que permitam a cada pessoa interagir no quadro da democracia, a partir do local onde vive, sem que essa participação deixe de se articular com níveis territoriais supralocais;
- Promoção da comunicação entre espaços territoriais distintos, entre níveis de poder e entre vozes diferentes (que correspondem também a grupos sociais e a interesses diversos), facilitando a tradução entre linguagens, sobretudo as mais tecnicistas, para fomentar a inclusão das pessoas que não dominam jargões específicos;
- Qualificar a própria democracia de forma transversal, partindo das famílias, das organizações, das escolas ou dos partidos políticos, reconhecendo-a como uma dimensão integrante de toda a vida coletiva;
- Desenvolver processos de capacitação dos cidadãos e cidadãs assentes na partilha e sistematização de informação, como as propostas do Fórum dos

Cidadãos, capazes de propiciar uma participação mais qualificada e decisões fundamentadas;

- Instituir espaços de participação democrática diversificados, com relações de poder dessacralizados e onde as pessoas se sintam seguras, que possam ampliar a escuta mútua e a co-responsabilização pelo desenvolvimento de processos de experimentação social;
- Criar espaços de experimentação e de aprendizagem prática da cidadania nas escolas através de processos educativos que considerem a educação para a cidadania como parte do processo de aprendizagem cidadã e não como um mero conteúdo curricular.

V. COMENTÁRIOS FINAIS

Foi muito rica esta sessão e permitiu-nos sair das nossas conchas de pensamento e partilhar entre todos e todas ideias e informações sobre uma realidade que certamente já conhecíamos, mas se revelou tão complexa. E foram tantas ideias, e ficaram tantas pelo meio, que só nos resta uma hipótese: continuar a debater, a aprofundar, a esclarecer. A MANIFesta tem mesmo de continuar!

Como será possível sintetizar tudo o que se disse, pegar-lhe por algum fio? Um companheiro nosso, norueguês, parceiro no Projecto Literacia para a Democracia, disse-nos uma vez:

“A Democracia pode ser entendida, para mim, em 3 vertentes:

- *como um **Sistema** – democracia formal, a divisão em países com as suas leis,*
- *a democracia como **Atividade** – como votamos nas eleições, embora uma participação ainda pequena, é um direito e um dever*
- *e a democracia como um Modo de ser, **um modo de Vida**, como um meio de Atuar – a principal para mim! ser ativo/a na nossa sociedade (...).”*

Enquanto **sistema**, enquanto regime formal em determinado país, colocam-se hoje inúmeras questões que foram de certo modo abordadas. Não nos referimos às nossas vantagens e desvantagens de estarmos na Europa, de sermos portugueses/as ou europeus mas poderemos alargar a nossa pertença a toda a escala planetária, o que é, neste momento, da maior urgência, em relação aos nossos irmãos que morrem no Mediterrâneo e sobretudo pela África fora até cá chegarem. É confortável a democracia cá no nosso cantinho? O que significam as fronteiras? Como se justificam? E o que podemos saber, deslocando o olhar para outras culturas?

Mas num segundo tempo, o Sturla fala da democracia como **atividade**, referindo-se aos atos eleitorais, embora, enquanto participação, nos pareça ainda pouco. Recentemente fomos a votos, tudo parecia fácil e evidente e afinal as consequências que advieram... Se o voto é a expressão do nosso querer, era isto que agora temos que queríamos? Falámos dos vários níveis do “participativo”. Sentimo-nos informados e informadas? A informação que nos che-

ga – ou que procuramos – diariamente é a que precisamos para fazer os nossos próprios juízos acerca dos acontecimentos? Ou é aquela que se “vende”, alimentando as fraquezas daquele “povinho”, que só quer saber o que o vizinho faz mal, para o poder criticar, ou pior, para poder “dizer mal dele”. Estamos informados e informadas? E para podermos criar a nossa opinião, quando a informação nos chega de forma mais objetiva, toda a gente conseguirá, em todos os grupos sociais, entender o que se diz? Existe um esforço para “de-mocratizar” a linguagem para que todos e todas entendam? Existem, na sociedade, contextos de aprendizagem para todos e todas terem acesso à informação e ao conhecimento e poderem exercer plenamente a democracia? Qual o direito que temos a esta cidadania de acesso partilhado ao saber? Um grupo informou que nos meios considerados de mais baixas qualificações escolares há um esforço de procura de conhecer mais, há mais pessoas até a quererem continuar a estudar! É isso tido em conta? São criadas condições de acesso a todos e todas que o desejam? Ou são comunidades estigmatizadas e consideradas de perigosas e miseráveis? E os esforços de animação socioeducativa ou sociocultural que os poderes públicos não reconhecem?

No entanto, é a nível eleitoral que acaba por se decidir, pela votação ou pela sua ausência, muito do que acontece nos nossos quotidianos, nos nossos territórios. Questionamos então: Como conseguir fazer ouvir a nossa voz? Que processos para atingir, para pressionar democraticamente o poder? Entendemos a democracia como um sistema dinâmico, que exige a nossa intervenção. Alguém deu o exemplo da bicicleta: Só interessa se a pusermos em movimento. Parada não serve para nada. Também se afirmou que teremos de democratizar a democracia. Um grupo contou o que ficamos a saber quando ouvimos mesmo as pessoas... A nível dos vários poderes, sobretudo os públicos, quem nos ouve, como nos poderemos fazer ouvir?

A um terceiro nível, Sturla coloca a democracia como um Modo de ser, **um modo de Vida**, como um meio de atuar – o principal para ele! – diz: Ser ativo/a na nossa sociedade.

Como fazer? Para continuarmos no campo da democracia, forçosamente participativa, torna-se necessária uma educação política – diferente de doutrinação! No entanto, sempre que a democracia não existe positivamente exercita-

da chega-se ao populismo. A democracia não pode ficar à porta de nada, tem de entrar nas nossas casas onde se clarifica no modo como se exercita o poder. Talvez neste contexto seja mais claro começar por perceber qual o processo como me relaciono com as outras pessoas e na forma como eu próprio sou tratado ou tratada. Como sentimos, na pele, a cidadania...

Como acontece a democracia participativa nas intervenções cidadãs? Como cada pessoa, cada grupo se sente, se organiza?

Falámos das múltiplas causas por que nos batemos, nos grupos a que nos juntamos ao sentir atentados à nossa liberdade, à das outras pessoas, ao nosso lado ou nos países mais longínquos. Nem a Terra se salva! E esse é um combate que iniciamos começando com o lixo lá de casa, olhando para as práticas, para os saberes ancestrais, aprendendo novas ferramentas sustentáveis, atuando a nível das juntas de freguesia, com os grupos locais, pensando a terra, olhando-a e partilhando esse ver.

Com as crianças, apelando à escola e aos grupos de animação socioeducativa, até com um tipo de consciência mais fundamentada, ouvimos os e as jovens de todo o mundo que se batem pelas mesmas causas que pensam na terra e nos que nela vivem.

Reinventamos a democracia a partir da escala local. Mas procuramos na ciência os programas de investigação de larga escala que não menosprezam os saberes ancestrais de povos de todo o mundo.

Falámos de uma democracia de intervenção múltipla, diversificada. Intervir enquanto deputado ou deputada, em grupos ou só com a sua voz, batendo-se por uma só causa ou por muitas que nos inquietam. Criamos coletivos centrados numa problemática, mas não conseguindo deixar escapar muitas outras. Temos formas alternativas de nos expressarmos, de nos batermos como conseguimos, das formas que podemos.

Encontrámo-nos numa preocupação comum com o Território, com a Igualdade, com a Ecologia, com a Democracia. Foi nestas práticas, nestes contextos, nestes saberes mais ou menos enraizados que descobrimos a Democracia Participativa e a Intervenção Cidadã.

E como um velho companheiro dizia: Não pudemos fazer a MANiFesta no terreno mas o que aconteceu aqui, foi mesmo a ManiFesta!

Só falta dizer: vamos continuar com a mesma força! A democracia passa mesmo por aqui!

Lucília Salgado, APCEP (Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente)

VI. ALGUMAS LIGAÇÕES SUGERIDAS POR PARTICIPANTES

[O recuo da cultura das humanidades e a democracia](#), José Pacheco Pereira – (Nov 2020)

[Todos: se “o dinheiro é de todos”, que as decisões sobre como o investir também o sejam](#), Manuel Arriaga (Agosto 2020)

[REPORT Global Satisfaction With Democracy 2020](#), *University of Cambridge* (Jan 2020)

[Rebooting Democracy: A Citizen's Guide to Reinventing Politics](#), Manuel Arriaga (2014)

[Caderno temático 8 – O método das Audições Públicas e a formação do Querer Comum](#)

[Bottom-linked governance and social innovative political transformation](#), Frank Moulaert (Out. 2019)

[The Nightmare of Participation \(Crossbench Praxis as a Mode of Criticality\)](#), Markus Miessen (Set 2011)

[Rationality and Power: Democracy in Practice](#), Steven Sampson, *University Of Chicago Press* (Feb 1998)

[APCEP - Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente Associação de Moradores da Ferraria de São João](#)

[Democracy R&D](#)

[Europe's People's Forum](#)

[Fórum dos Cidadãos](#)

[Fundação Cuidar do Futuro](#)

[Jury Group](#)

[Greve Climática Estudantil](#)

[Laboratório Cívico de Santiago](#)

[Processo participativo PDM Maia](#)

[Processo participativo PDM Gaia](#)

[Processo participativo PDM Valongo](#)

[Projecto “Nós Propomos”](#)

[VivoBairro](#)